

**Formação, currículo e cultura:  
mediações (inter)culturais contemporâneas**

Entrevista com o professor *Ricardo Vieira*

---

## Observando as singularidades do contexto português, como surge a prática de mediação sociocultural em Portugal?

Em Portugal, a mediação social, assim designada pelo ACIME (Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas), depois sociocultural e, finalmente, designada por intercultural, pelo ACIDI (Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural), emerge no final do século XX, pelos anos 90, impulsionada pelos programas comunitários vocacionados para a inserção socioprofissional de grupos sociais desfavorecidos. Surgem projetos de entidades como a “Associação Cultural Moinho da Juventude”, a “Obra Nacional para a Pastoral dos Ciganos” e a “Santa Casa da Misericórdia de Lisboa”, que introduzem em Portugal o conceito e a prática de mediação sociocultural. São criados cursos de formação profissional de mediadores socioculturais, promovidos por essas entidades, dirigidos a jovens em risco de exclusão, com vista a dotá-los de competências escolares e profissionais facilitadoras da sua inserção socioprofissional.

Já existiam perspectivas e conceitos mediadores ligados ao desenvolvimento comunitário, por parte das ciências sociais e, em particular, da antropologia, da psicologia e da sociologia, que sublinhavam o agenciamento face à relação sujeito - estrutura social.

As ciências da educação, procurando analisar o papel da escola na sociedade, foram evidenciando a forma como a segunda determina ou condiciona a primeira. Nesse contexto da construção de “uma escola para todos”, emergiu também na educação a ideia do mediador no sistema de educação e de formação, uma vez que a dinâmica social se joga nas intermediações dos processos de reprodução e de transformação das relações sociais de que é feita a vida escolar.

## Tendo como referência a sua itinerância formativa nos campos da antropologia da educação e das ciências da educação, o que é mediação?

Numa primeira tentativa de resposta, podemos dizer que mediar é traduzir, no seu sentido antropológico. A mediação é, nesta linha, uma estratégia de construção de pontes e trânsitos entre pessoas, diferentes pontos de vista e fronteiras culturais.

A mediação inclui, por princípio, uma terceira pessoa, ou seja, a mediação desenvolve-se, em termos teóricos, numa interação triangular em que o mediador funciona como um tradutor de culturas. A função da mediação é precisamente a de servir de ponto de encontro dos que são diferentes sem cair na tentação de os homogeneizar.

Mediar significa buscar um terceiro lugar, onde aprender implica partir, significa transformar-se, levando, desse modo, à emergência da terceira pessoa, uma terceira pessoa não acabada, não estática, sempre mestiça, mas também sempre sujeita a novas reconstruções identitárias.

A antropologia, enquanto campo disciplinar que busca estudar as racionalidades, as sociedades e as culturas, a partir do seu próprio ponto de vista, é uma ciência que busca, entre outras dimensões, a tradução cultural, o que, em consequência, implica a mediação entre margens culturais.

A mediação não significa, nesse sentido, uma função política assumida pelo próprio antropólogo. Trata-se, essencialmente, da tradução de interesses das partes numa interação, e por vontade dos implicados. Podemos, assim, falar de mediação entre diferentes valores culturais e organizações sociais. O antropólogo surge, dessa forma, como um mediador entre os grupos sociais e as mais diversas instituições públicas e privadas, apoiando-se na intercompreensão das partes envolvidas com vista à concretização dos direitos e dos interesses em causa, procurando buscar a autonomia desses grupos e pessoas.

A escola sempre foi um lugar de encontros e desencontros de pessoas, de culturas, de diferentes pontos de vista, de vários saberes, de continuidades e descontinuidades entre a escola e os contextos donde os sujeitos provêm. Contudo, a “escola para todos” trouxe mais gente para dentro do mesmo espaço, das mesmas regras, da mesma cultura hegemônica do Estado-Nação. Por isso a educação, mesmo a educação escolar, para ser performativa, não pode ser senão um processo de mediação entre sujeitos, mundos e saberes. E não será o professor, qualquer que seja, por definição, um mediador? Mas ele é o na prática? Todos o são? Efetivamente, o professor deveria ser um mediador de aprendizagens e, mesmo, de algumas tensões sociais e conflitos.

O ideário da “escola para todos” tornou-a mais permeável aos problemas sociais. A escola tornou-se, prioritariamente, uma questão social e não apenas pedagógica. Assim, o professor tem de ser um pouco o antropólogo (um mediador intercultural) que estuda o jogo entre as identidades e alteridades. O professor tem, também, de perceber os esquemas de percepção, pensamento e ação dos alunos, e de si próprio, e reconfigurar o seu sistema pessoal de crenças e valores, por recurso à formação reflexiva.

### **No que consistem e como compreende os processos de mediação sociocultural, mediação pedagógica e mediação intercultural?**

Facilmente se ouve falar de mediação familiar, sociocultural, de mediação de conflitos, de mediação de seguros, mediação laboral, mediação intercultural, entre outras.

A mediação educativa, escolar e mediação sociopedagógica são, também, conceitos cada vez mais veiculados por parte dos profissionais da educação e nas intenções de alguns projetos educativos. Estes últimos, apesar de distintos, inscrevem-se essencialmente no paradigma da mediação intercultural, que não se limita a querer gerir/resolver tensões sociais, conflitos culturais, mas que pretende a capacitação de pessoas, grupos e comunidades num trabalho pedagógico de fazer/pensar/refletir com o(s) outro(s).

Nessa linha, já não estamos apenas na resolução de conflitos como prática iniciada na escola de Harvard, pelos anos 50, mas buscando um papel transformador e humanizador de todas e de todos. Essa mediação deverá passar da simples instância do processo judicial, ou de uma alternativa ao mesmo, para vir a ocupar um lugar central de uma nova cultura universal. Trata-se de um debate iniciado, mas ainda muito em aberto. A mediação intercultural pressupõe um avanço na desejada coesão social. Inclui os diferentes participantes no conflito, promove a capacidade de compreensão, aceitando as diferentes versões da realidade, defende a pluralidade e contribui para a participação democrática, visto que fomenta a livre tomada de decisões e

compromissos. Falar de mediação intercultural é admitir que terá de haver transformações das partes envolvidas, em termos de atitudes, comportamentos, representações e ações, por forma a se encontrarem plataformas de entendimento que não são pontos aritméticos fixos, mas, antes, terceiros lugares móveis, consoante as temáticas e acordos em discussão. E isto pode acontecer na vida em geral, no mundo laboral, na escola (podendo tomar o nome de mediação pedagógica, socioeducativa, essencialmente se não se situar exclusivamente na lógica da resolução de conflitos) ou na(s) família(s). Esta mediação Intercultural implica uma atitude de pedagogia social e uma tomada de posição em busca da autonomização. E não ocorre, como já referido, apenas em contextos de imigração ou de trabalho com minorias étnicas. Estas funções sociais do mediador intercultural podem ser desenvolvidas em qualquer âmbito da intervenção social, seja o educativo, o social, o sociofamiliar, o comunitário, o jurídico, o laboral, ambiental, na saúde etc.

Tentando sintetizar, toda a mediação intercultural é sociocultural. Mas nem todas as mediações socioculturais são, necessariamente, interculturais. Tal particularidade remete, sempre, para a ideia do terceiro lugar (busca de um novo lugar epistémico), terceira pessoa, reconstrução identitária das partes envolvidas, mestiçagem cultural/ interculturalidade, cultura(s) dinâmica(s), etc., ao invés de culturas consideradas fechadas em determinado grupo social.

Assim, a mediação sociocultural será intercultural dependendo do objetivo fundamental e do estilo e paradigma dominante que subjaz à prática do interventor. Para ser intercultural, tem de assentar na transformação de todas as partes envolvidas com vista a uma melhor convivência, e não, apenas, para um acordo pontual.

### **Entendendo os desafios da escola contemporânea com a diferença e a diversidade cultural, como a formação em mediação intercultural pode colaborar com a qualificação dos profissionais da educação?**

A escola sempre foi um lugar de encontros e desencontros, como disse. Encontros de diferentes pessoas, de diferentes culturas, de diferentes pontos de vista, de vários saberes, de continuidades e descontinuidades entre a escola e o lar de pessoas que, muitas vezes, não o foram, de fato. Simples atores, por vezes, numa apresentação social sem espaço para a transgressão, para a flexibilidade, para a criatividade... “Não-pessoas”, tantas vezes, que se quiseram comunicar e que, às vezes, ouviram e não foram ouvidos, que, outras vezes, ouviram e não entenderam e que, noutras ocasiões, não encontraram esse lugar do entendimento, um lugar da empatia, da democracia, da paz e da alegria, esse lugar construído entre pontes e margens de tantos lugares epistêmicos, uns mais locais, outros mais globais, um terceiro lugar.

E a “escola para todos” trouxe, essencialmente no “Mundo Ocidental”, mais gente e mais culturas para dentro do mesmo espaço, das mesmas regras, da mesma cultura hegemônica do Estado-Nação. Gente pequena, em tamanho, mas cuja heterogeneidade cultural, de tão diversificada, faz da escola, cada vez mais, um microcosmos da sociedade e que não pode ser tratada de forma homogênea.

Muito poucas vezes se pensa no que se deve mudar na própria escola para a todos acolher sem discriminar. Esta mudança paradigmática que a mediação intercultural implica, obrigaria o professor a trabalhar fora da sala de aula, porque é do lado de lá que provêm as mentes culturais e as identidades pessoais que se encontram na escola. E esse trabalho não é, por excelência, o papel tradicional do professor. É uma prática que implica conhecimento antropológico e de mediação intercultural.

Gerir estas diferenças, de forma não desigual, implica um trabalho de negociação que a dita mediação sociopedagógica pretende realizar. A frequência da “escola para todos” tem como consequência direta a transformação dos problemas sociais em problemas escolares (resultantes da pobreza, do desemprego, da desigualdade de classes, toxicodependência, violência juvenil, SIDA, desestruturação social, exclusão social, etc.). E isto leva a que se pense no alargamento das funções dos professores, perspectivando a profissão como algo próximo do trabalho social e a entendê-la na lógica do serviço, numa dinâmica relacional, para responder aos apelos dos outros aos quais não podemos ficar indiferentes. Todavia, mesmo professores com formação em antropologia da educação e em mediação intercultural não podem ser “pau para toda a obra”. Provavelmente, urge pensar em novos profissionais de mediação intercultural para atuar na escola a par e com os professores.

A educação, todos os processos educativos, e não apenas a educação escolar, não poderá ser senão um processo de mediação entre sujeitos, mundos e saberes. A transferência de cultura, a transferência de conhecimento e a transferência de informação não são processos mecânicos, implicam um constante processo de mediação.

### Quais seriam as aproximações entre pedagogia, pedagogia social e mediação intercultural?

A Pedagogia Social, ciência matriz da Educação Social, que extravasa o domínio da escola e das disciplinas consideradas mais nobres, surge como prática do desenvolvimento da sociabilidade dos sujeitos no seu todo. Não respeita, propriamente, nem à formação tradicionalista de professores nem ao uso das tradicionais didáticas escolares.

Por outro lado, é hoje comum afirmar que toda a educação é social. Mas não faria sentido apelidar de social, se não houvesse necessidade de uma educação que se distingue pela fundamentação e pela sua *práxis* daquilo que designamos por educação escolar. Numa visão mais ou menos simples e resumida, diremos que a Pedagogia Social e a Educação Social vão muito além da lógica da escola (a forma escolar de Bourdieu), embora sejam hoje reconhecidas como úteis à escola como microcosmos da sociedade, aproximando-se da Antropologia da Educação, que se foca essencialmente na aprendizagem e nos processos educativos para além da escola.

Dilthey dizia que a educação é uma função de toda a sociedade, o que obriga a pensarmos numa pedagogia menos centrada na escola e mais pensada nas relações sociais e noutras instituições e espaços educativos que, porém, podem e devem trabalhar em rede com a instituição escola, uma vez que o objetivo de uma sociedade e de toda a humanidade passa pela participação nas atividades sociais e na obrigatória reconfiguração identitária das identidades

peçoais, de forma a potenciar a convivência que é, grosso modo, aprender a viver entre diferentes.

A partir dos anos 80/90 do séc. XX, e com as novas concessões inter e multiculturais pensadas no contexto das várias globalizações, passou a aceitar-se que educar para a participação social implica, antes de mais nada, agir sobre as perspectivas cognitivas e afetivas das pessoas, o que significa agir sobre as identidades pessoais e sociais e provocar mudanças/transformações nas famílias, nas relações com os colegas e pares, nas instituições escolares e extraescolares por forma a construir cidadanias múltiplas e sociedades inclusivas que, contendo diferenças socioculturais são, contudo, capazes de comunicar. Este posicionamento aposta mais na prevenção e no processo educativo global, ao construir competências sociais fundamentais para as relações pessoais e profissionais frente às diferenças pessoais e culturais, aproximando-se das perspectivas da Mediação Intercultural e da assunção das tensões sociais e dos conflitos sociais como formas básicas da vida em sociedade com as quais há que se aprender a viver, gerindo e não tanto resolvendo. Aí está o espaço aberto para a Educação Social, alimentada pela Pedagogia Social e pelas novas mediações que extravasam a da resolução de conflitos e que se desenvolvem, prioritariamente, do outro lado da escola.

Portanto, reduzir a educação à educação escolar seria ver apenas uma parte da realidade.

A educação, mesmo a escolar, se quiser ser, efetivamente, para todos, tem de, muito provavelmente, constituir-se num processo de mediação entre sujeitos, contextos e saberes.

Maria Stela Graciani, pedagoga, mestre em Ciências Sociais pela PUC de São Paulo e doutora em Educação pela universidade de São Paulo, que tem investigado questões ligadas quer à inovação pedagógica, quer à inovação popular, tem vindo a produzir vários artigos sobre a realidade das crianças e dos adolescentes de e na rua, além de ensaios sobre a violação de direitos da infância e da adolescência. Ela escreve, no seu livro “Pedagogia Social de rua” (GRACIANI, 2001), quão é importante o educador social – para quem tantas vezes o mundo da rua é estranho – desenvolver competências de observação e de trabalho etnográfico para poder intervir contextualizadamente.

Da mesma forma que distinguimos a Mediação Intercultural da mediação em geral, centrando-nos essencialmente na ênfase preventiva versus abordagem paliativa, curativa e dita resolutiva, essencialmente também agora aplicamos a mesma distinção para “a nova Pedagogia Social” versus “Pedagogia tradicional”, esta assente numa pedagogia da urgência e da resolução, ao invés da nova que aposta na transformação e no desenvolvimento. Similarmente à discussão sobre a mediação versus Mediação Intercultural, “a nova Pedagogia Social” procura centrar-se mais nas causas dos problemas e na sua prevenção do que propriamente nos clássicos problemas sociais.

## Como a mediação intercultural na escola e nos outros espaços formacionais pode colaborar com as práticas de aprender a viver com ou (con)viver?

Conviver é viver com os outros, o que nem sempre é fácil. Contudo, “aprender a viver juntos” é hoje um dito que, felizmente, começa a entrar no vocabulário de muita gente. O Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI, coordenado por Jacques Delors, terá contribuído para a incorporação desse dito e para o sentir dessa necessidade e formação para a interculturalidade. A Pedagogia Social, através da educação intercultural, da educação para a cidadania, da Educação Social tem sido, provavelmente, o saber orientador dessa atitude de inclusão, acolhimento e hospitalidade, uma atitude e prática de aprender a (con)viver. Na verdade, podemos viver de costas voltadas uns para os outros – em discordância, de mãos dadas – em concordância, o que resultaria numa possibilidade de postura dualista e bicultural. Num paradigma de maior complexidade, podemos aceitar que temos partes de nós que comunicam e se identificam com as de outros, ou não, levando a que, às vezes, nos identifiquemos com esses outros e outras vezes não. A Mediação Intercultural, como prática da Pedagogia Social, deverá sensibilizar, também, para a tomada de consciência da incompletude de cada um de nós e para a potencialidade de enriquecimentos com a interação com os outros, mas também para a dificuldade que é viver entre diferentes, sejam pessoas, grupos sociais, grupos de pares, grupos étnicos, geracionais, etc.

Não é tarefa fácil viver entre diferentes. Parece ser mais fácil, ainda que mais monocultural e pobre, epistemologicamente, quando somos todos iguais. Mas, mesmo assim, a tensão social está também aí eminente pois o excesso de semelhança leva à busca da diferença, à reinvenção de si...

Para viver em sociedade, o que significa, de alguma forma, viver sempre entre diferentes, não bastam as palavras apregoadoras de maior abertura e tolerância ao outro. Urge uma prática e comunicação Intercultural nos vários contextos da vida, que se posicione sobre uma compreensão do outro, uma intercompreensão, e que vá, claro, para além da tolerância, uma prática de uma Educação Social que a Pedagogia Social/Mediação Intercultural pode potenciar. Efetivamente, a tolerância não basta. Pelo menos como produto/valor acabado. Tolerar o outro, ainda que seja melhor que excluí-lo diretamente é, apenas, aceitar que ele exista sem mudança processual nossa ou dos outros em resultado da comunicação e interação.

Portanto, ser tolerante, ou tolerar a tolerância, é aceitar um mundo estático pouco aberto à convivência, o que implicaria, claro, viver com os outros e não à margem dos outros. Por outro lado, tolerar a intolerância é também ficar nesse lugar de conforto sociocultural e permitir, muitas vezes, a injustiça como prática social.

Conviver implica, também, saber comunicar. E comunicar significa, “pôr em comum”. Na comunicação, muitas vezes, os estereótipos sociais constituem obstáculos ao entendimento dos outros. Os preconceitos tornam difícil a intercompreensão, sendo fundamental, nessas circunstâncias, um mediador intercultural na construção de uma espécie de protocolo que permita a comunicação através do domínio dos códigos cujo desconhecimento gera incompreensão, estranheza e conflito.

Comunicar não passa, portanto, apenas por conhecer vocabulário, regras gramaticais e saber dizer. É preciso, também, saber ouvir, entender, e saber quando e como falar para que os outros nos entendam ao mesmo tempo que os entendemos. E isso implica competências sociais e competências interculturais. Isso implica formação em Antropologia da Educação, Pedagogia Social e em Mediação Intercultural.

Muito obrigado pela entrevista.

Muito obrigado por me lerem.

Qualquer comentário, podem enviar para [ricardo.vieira@ipleiria.pt](mailto:ricardo.vieira@ipleiria.pt)

Entrevista realizada por *Silvia Michele Lopes Macedo de Sá* e  
*Roberto Sidnei Macedo*

**Recebido em:** 04/10/22

**Aceito em:** 04/10/22



## Nota Biográfica

### Ricardo Vieira

Doutor em Antropologia Social, Pós-Doutor em Serviço Social, Agregado em Antropologia da Educação pelo ISCTE e Mestre em Antropologia Social e Sociologia da Cultura pela FCSH-UNL. No ano de 2000, foi laureado com o Prémio Rui Grácio, prémio nacional para o melhor trabalho de investigação em Educação realizado em Portugal, SPCE. É, atualmente, Professor Coordenador Principal [Professor Titular] da Escola Superior de Educação e Ciências Sociais do Instituto Politécnico de Leiria, Professor Decano do Instituto Politécnico de Leiria e Investigador Integrado do CICS.NOVA.IPLeia.

E-mail: [ricardo.vieira@ipleiria.pt](mailto:ricardo.vieira@ipleiria.pt)

ORCID: [0000-0003-1529-1296](https://orcid.org/0000-0003-1529-1296)

Recebido em: 04/10/22

Aceito em: 04/10/22